

Agt Estrela do Oeste Ltda.

**Demonstrações financeiras em 31 de
março de 2025**

Este documento foi assinado digitalmente por Daniel Marino De Toledo.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br:443> e utilize o código B6A1-8E47-9CA5-3D47.

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas da

Agt Estrela do Oeste Ltda.

Anaurilândia - MS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Agt Estrela do Oeste Ltda. (Empresa), que compreende o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agt Estrela do Oeste Ltda. em 31 de março de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Empresa em 31 de março de 2024 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 30 de junho de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Daniel Marino de Toledo
Contador CRC 1SP249851/O-8

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Este documento foi assinado digitalmente por Daniel Marino De Toledo.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br:443> e utilize o código B6A1-8E47-9CA5-3D47.

Este documento foi assinado digitalmente por Daniel Marino De Toledo.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br:443> e utilize o código B6A1-8E47-9CA5-3D47.

Agt Estrela do Oeste Ltda.

Balanços patrimoniais em 31 de março 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2025	2024 (Não auditado)	Passivo	Nota	2025	2024 (Não auditado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	160.118	1.000	Fornecedores	14	46.803	-
Contas a receber de clientes		664	-	Fornecedores - partes relacionadas	24	26	-
Estoques	9	41.109	-	Instrumentos financeiros derivativos	18 e.	2.132	-
Ativos biológicos	10	43.668	-	Empréstimos e financiamentos	15	184.479	-
Adiantamentos a fornecedores		15.613	-	Passivos de arrendamentos	12	19.510	-
Impostos a recuperar	11	1.145	-	Salários e encargos sociais		8.533	-
Imposto de renda e contribuição social a compensar	20.a	106	-	Impostos e taxas		252	-
Outros valores e direitos		75	-	Adiantamento de clientes		4	-
				Outros valores e obrigações		22	-
Total do ativo circulante		262.498	1.000	Total do passivo circulante		261.761	-
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Não circulante			
Instrumentos financeiros derivativos	18 e.	513	-	Empréstimos e financiamentos	15	209.105	-
Depósitos judiciais		21	-	Fornecedores - partes relacionadas	24	537	-
Total do realizável a longo prazo		534	-	Passivos de arrendamentos	12	95.543	-
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	20 b.	5.267	-
Ativos de direito de uso	12	112.237	-	Total do passivo não circulante		310.452	-
Imobilizado	13	431.981	-	Total do passivo		572.213	-
Total do ativo não circulante		544.752	-	Patrimônio líquido			
				Capital social	17	221.600	1.000
				Adiantamento para futuro aumento de capital	17	3.227	-
				Reserva de lucros	17	10.210	-
Total do ativo		807.250	1.000	Total do patrimônio líquido		235.037	1.000
				Total do passivo e do patrimônio líquido		807.250	1.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agt Estrela do Oeste Ltda.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u> (Não auditado)
Receita líquida	21	39.683	-
Variação no valor justo	10	32.582	-
Custo dos produtos vendidos	22	<u>(31.966)</u>	<u>-</u>
Lucro bruto		<u>40.299</u>	<u>-</u>
Receitas (despesas) operacionais:			
Despesas gerais e administrativas	22	(7.111)	-
Despesas sobre vendas	22	(753)	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		<u>302</u>	<u>-</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>32.736</u>	<u>-</u>
Receitas financeiras	23	2.182	-
Despesas financeiras	23	<u>(19.442)</u>	<u>-</u>
Financeiras líquidas		<u>(17.260)</u>	<u>-</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>15.476</u>	<u>-</u>
Imposto de renda e contribuição social - diferido	20.c	<u>(5.267)</u>	<u>-</u>
Resultado do exercício		<u>10.210</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento foi assinado digitalmente por Daniel Marino De Toledo.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br:443> e utilize o código B6A1-8E47-9CA5-3D47.

Agt Estrela do Oeste Ltda.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u> (Não auditado)
Resultado do exercício	<u>10.210</u>	<u>-</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>10.210</u></u>	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento foi assinado digitalmente por Daniel Marino De Toledo.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br:443> e utilize o código B6A1-8E47-9CA5-3D47.

Agt Estrela do Oeste Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro Aumento de capital	Reservas de Lucros	Reservas Lucros acumulados	Total
Em 31 de março de 2023 (Não auditado)		-	-	-	-	-
Integralização de capital		1.000	-	-	-	1.000
Em 31 de março de 2024 (Não auditado)		1.000	-	-	-	1.000
Resultado do exercício		-	-	-	10.210	10.210
Aumento de capital via cisão	1.1	220.600	-	-	-	220.600
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	3.227	-	-	3.227
Constituição de reservas		-	-	10.210	(10.210)	-
Em 31 de março de 2025		221.600	3.227	10.210	-	235.037

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agt Estrela do Oeste Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u> (Não auditado)
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Resultado do exercício		10.210	-
Ajustes:			
Marcação a mercado de derivativos		1.619	-
Depreciação e amortização	25	13.456	-
Resultado da alienação de imobilizado	13	21	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	15.b	4.513	-
Realização de AVP - passivos de arrendamentos	23	6.036	-
Variações no ativo biológico - valor justo	10	(32.582)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	20.c	5.267	-
Variação no capital circulante líquido			
Contas a receber de clientes		(664)	-
Estoques		(23.957)	-
Impostos a recuperar		(1.145)	-
Adiantamento a fornecedores		(15.613)	-
Depósitos judiciais		(21)	-
Fornecedores e fornecedores partes relacionadas		9.656	-
Adiantamento de clientes		4	-
Salários e encargos sociais		6.181	-
Impostos e taxas		146	-
Outros valores e obrigações - circulante e não circulante		(51)	-
Juros pagos	15.b	(6.657)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		<u>(23.581)</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Ativo biológico	11	(9.945)	-
Aquisições de ativo imobilizado	25	(205.600)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(215.545)</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captações de empréstimos e financiamentos	15.b	574.943	-
Amortização de empréstimo e financiamentos	15.b	(179.215)	-
Integralização de capital		-	1.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	17	3.227	-
Amortização de passivos de arrendamentos	25	(711)	-
Caixa proveniente das atividades de financiamentos		<u>398.244</u>	<u>1.000</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido		<u>159.118</u>	<u>1.000</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<u>1.000</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u>160.118</u>	<u>1.000</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido		<u>159.118</u>	<u>1.000</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento foi assinado digitalmente por Daniel Marino De Toledo. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br:443> e utilize o código B6A1-8E47-9CA5-3D47.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Agt Estrela do Oeste Ltda. (“Empresa” ou “Estrela do Oeste”) com sede no município de Anaurilândia, Estado do Mato Grosso do Sul, foi constituída em 29 de dezembro de 2023, iniciando suas operações no segundo semestre de 2024, sua principal atividade é a de produção de etanol hidratado carburante, a partir da produção de cana de açúcar cultivada em áreas próprias e de terceiros, em um canavial formado de 8.475 hectares para safra 2025/26.

A Empresa é parte integrante do Grupo Agroterenas (“Grupo Agroterenas” ou “Grupo”) que é composto pelas seguintes empresas:

- Agroterenas S.A. Administração e Participações (“Agroterenas Participações”)
- Agroterenas Terras Ltda. (“Terras”)
- Agroterenas Citrus Ltda. (“Citrus”)
- Agroterenas Industrial Citrus Ltda. (“Industrial Citrus”)
- Agroterenas Cana S/A (“Cana”)
- Agroterenas International L.L.C. (“International”)
- Agroterenas International E.C. (“International”)

1.1 Reestruturação societária

Em 30 de setembro de 2024, a Empresa recebeu parcela cindida de sua parte relacionada, Agroterenas S/A Cana, pela totalidade dos sócios, por meio de aprovação extraordinária de reunião de sócios, os ativos e passivos líquidos foram avaliados pelo critério contábil de R\$220.599.

A referida cisão resultou em um aumento do Capital Social da Estrela do Oeste, mediante integralização por conferência de bens no montante de R\$220.599, passando de R\$1.000, para R\$221.599, representado pela emissão de 220.599 novas quotas de capital da Estrela do Oeste, todas atribuídas a Agroterenas S.A. Administração e Participações.

A incorporação da parcela cindida possibilitou uma melhor e mais apropriada alocação e administração dos ativos e passivos da Agroterenas S/A Cana e da Estrela do Oeste, de forma a atender de maneira mais eficiente aos interesses do Grupo Agroterenas.

Vide abaixo a abertura do acervo líquido cindido:

BALANÇO PATRIMONIAL - CISÃO

	<u>Cindidos (R\$)</u>
ATIVO	
Circulante	
Estoques - Insumos	17.152
Ativo biológico	4.226
Outros valores e direitos	32.404
	<u>53.782</u>
Não circulante	
Imobilizado	169.170
	<u>169.170</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>222.952</u>
PASSIVO	
Circulante	
Salários e encargos sociais	2.352
	<u>2.352</u>
Acervo líquido patrimonial	<u>220.600</u>

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 30 de junho de 2025. Após a sua emissão, somente os quotistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Empresa, estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativa e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 12 – o prazo dos arrendamentos foram mensurados de acordo com as validades dos seus contratos, sem certeza de exercer opção de prorrogação.

a. Incerteza sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 10** – ativos biológicos.

O valor justo do ativo biológico da Empresa representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para este ativo, que é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados.

- **Nota explicativa nº 13** – Revisão da vida útil do imobilizado

Para os ativos com vida útil definida é revisada no fechamento de cada exercício social a vida útil econômica remanescente do ativo. Já para os ativos com vida útil econômica indefinida é realizado no fechamento do exercício social o teste de recuperabilidade de ativos e as perdas por teste de recuperabilidade são reconhecidas se, e somente se, o valor recuperável do ativo for menor do que o valor contábil.

- **Nota explicativa nº 16** – Provisões para contingências

A Empresa não possui processos judiciais e administrativos, bem como provisões constituídas para contingências que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico e a avaliação dos advogados externos.

- **Nota explicativa nº 12** – Passivo de arrendamentos

A Empresa possui contratos firmados com parceiros agrícolas referente a áreas rurais exploradas em regime de parceria agrícola para o cultivo de cana-de-açúcar e que obedecem ao disposto no Estatuto da Terra, os quais passaram a ser contabilizados em conformidade com o conceito da norma contábil CPC 06 (R2).

b. Mensuração do valor justo

As políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluída na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa nº 10** - Ativo biológico; e
- **Nota explicativa nº 18** – Instrumentos financeiros

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros derivativos são mensuradas pelo valor justo; e
- Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda.

6 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a. Mudanças nas principais políticas contábeis

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26)

A Empresa adotou a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26) e passivos não circulantes com covenants (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2024. As alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a covenants dentro de 12 meses após o período de relatório. Isso resultou em uma mudança na política contábil para a classificação de passivos que podem ser liquidados em ações próprias de uma entidade. Anteriormente, a Empresa ignorava todas as opções de conversão de contraparte ao classificar os passivos relacionados como circulantes ou não circulantes. De acordo com a nova política, quando um passivo inclui uma opção de

conversão de contraparte pela qual o passivo pode ser liquidado por uma transferência das próprias ações de uma entidade, a entidade leva em consideração a opção de conversão ao classificar o passivo principal como circulante ou não circulante, a menos que a opção seja classificada como patrimônio líquido de acordo com o CPC 39. Os outros passivos da Empresa não foram impactados pelas alterações.

Apesar da mudança na política, não há impacto retrospectivo nas demonstrações comparativas, pois a Empresa não tinha notas conversíveis em aberto em 31 de março de 2025.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Empresa pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c. Receita de contrato com cliente

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. A Empresa reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. A Empresa baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(i) Venda de produtos

As receitas de vendas são reconhecidas na demonstração do resultado quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o cliente, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos. A entrega ocorre quando os produtos são enviados para o local especificado, os riscos de perda são transferidos para o cliente, o cliente aceita os produtos, de acordo com o contrato de venda, e as disposições de aceite tenham prescritos ou a Empresa tenha evidências objetivas de que todos os critérios de aceite das mercadorias foram atendidos. Uma receita não é reconhecida se há incerteza quanto à sua realização.

Um recebível é reconhecido quando os produtos são entregues, uma vez que é nessa ocasião que a contraprestação se torna incondicional, porque apenas a passagem do tempo é necessária antes de o pagamento ser efetuado.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de performance em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de produto	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de performance, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Produto acabado – Etanol	As vendas são realizadas, o cliente retira o produto acabado nas dependências da Empresa, praticando assim o tipo “ExWorks”	A receita é reconhecida quando os produtos e a responsabilidade são transferidos para os clientes.

d. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Empresa compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; e
- Instrumentos de *hedge* reconhecida no resultado.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação ilimitada de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

Para um arrendamento específico, as diferenças temporárias de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento são consideradas pela base líquida (o arrendamento) para fins de reconhecimento do imposto diferido.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de sua subsidiária individualmente.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Empresa espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzidos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edifícios	4%
Máquinas e acessórios	10%
Móveis e equipamentos	10%
Máquinas e implementos	11%
Veículos	16%
Informática	20%
Lavouras	25%
Outras	10%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Empresa;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.,

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
- Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
- A Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Reforma da taxa de juros

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Empresa atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- A mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- A nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente a base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Empresa mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

j. Capital social

Quotas

As quotas do capital social são classificadas como patrimônio líquido.

k. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA.

A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (forward-looking).

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui problemas de “recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Empresa adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Empresa faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Empresa revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o justo seu valor menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, considerando o curto prazo de vencimento, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

l. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m. Arrendamentos

No início de um contrato, a Empresa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Empresa optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Empresa reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Empresa. Geralmente, a Empresa usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Empresa determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Empresa alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A partir de 1 de janeiro de 2021, a medida em que a base para determinar os pagamentos futuros do arrendamento muda conforme exigido pela reforma da taxa de juros de referência, a Empresa reavalia o passivo do arrendamento descontando os pagamentos do arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada que reflete a mudança para uma taxa de juros de referência alternativa.

A Empresa apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Empresa optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Empresa reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

n. Ativo biológico

Os ativos biológicos compreendem o plantio, cultivo de cana de açúcar são mensurados ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda, a partir do momento em que possuem transformação biológica significativa. Até essa data, o custo incorrido é considerado como sendo o valor justo do ativo biológico. O ciclo produtivo da cana de açúcar tem início em média de cinco anos, sendo um ano de formação do canavial e mais quatro safras, podendo ter mais um corte dependendo da viabilidade produtiva dele.

As premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota explicativa nº 10.

O valor justo dos ativos biológicos é determinado no seu reconhecimento inicial e na data-base das demonstrações financeiras.

O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos Cana de açúcar são determinado pela diferença entre o valor justo dos ativos biológicos e os custos incorridos com o plantio e tratos culturais até o momento da avaliação, deduzidos das eventuais variações acumuladas do valor justo de períodos anteriores, quando aplicável, sendo registrado no resultado do período na rubrica “Variação no valor justo”. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos no momento da colheita é determinado pela diferença entre o seu valor justo nesse momento e o valor justo apurado na última avaliação efetuada.

Em determinadas circunstâncias, a estimativa do valor justo menos as despesas de venda se aproxima do correspondente valor de custo de formação até aquele momento, especialmente quando uma pequena transformação biológica ocorre desde o momento inicial ou, quando não se espera que o impacto dessa transformação sobre o preço seja material (basicamente no caso de lavouras plantadas há poucos dias do encerramento das demonstrações financeiras ou culturas de ciclo curto) sendo que, nesses casos, os gastos incorridos podem permanecer avaliados ao custo.

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preços, custos necessários para colocação em condições de venda, taxa de desconto, plano de colheita da cultura e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

O valor justo dos ativos biológicos da Empresa representa o valor dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas pela administração da Empresa.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025 (1º de abril de 2025 para a Empresa). A Empresa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa.

(a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027 (1º de abril de 2027 para a Empresa). O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Empresa ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Empresa, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Empresa também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

(b) Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

8 Caixa e equivalentes de caixa

Modalidade	2025	2024 (Não auditado)
Caixa e bancos	36	1.000
CDB – Certificados de Depósitos Bancários (i)	<u>160.082</u>	<u>-</u>
	<u><u>160.118</u></u>	<u><u>1.000</u></u>

- (i) Aplicações financeiras remuneradas por Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com liquidez abaixo de 90 dias e sem risco de alteração significativa de valor. A Empresa pode resgatar imediatamente essas aplicações sem ônus ou restrição. CDB – Certificados de Depósitos Bancários estão sujeitos a taxas média de juros correspondente a 88,78% do CDI (- em 31 de março de 2024 – Não auditado).

As informações sobre a exposição da Empresa a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na 18.

9 Estoques

	2025	2024 (Não auditado)
Insumos	17.984	-
Manutenção entressafra (i)	16.172	-
Materiais diversos - peças e outros	5.887	-
Combustíveis e lubrificantes	841	-
Outros	<u>225</u>	<u>-</u>
	<u><u>41.109</u></u>	<u><u>-</u></u>

- (i) Movimentação dos custos de manutenção entressafra:

	2024	Baixa	Adições	2025
Manutenção entressafra	-	-	16.172	16.172
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.172</u>	<u>16.172</u>

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excedem ao valor de realização.

Em 31 de março de 2025, a Empresa não identificou provisão para perdas nos estoques.

10 Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Empresa compreendem o cultivo de cana-de-açúcar para abastecimento de matéria-prima na produção de etanol de seus clientes. Em 31 de março de 2025, a Empresa possui, entre áreas de terras próprias e arrendadas em desenvolvimento e produção (cana em pé), 8.475 hectares.

Os custos estimados para esse tipo de cultura contemplam: (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica dos ativos biológicos (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com Colheita, Transbordo e Transporte (CTT); (iii) custos de capital (equivalentes a arrendamento de terras e de máquinas e equipamentos); e (iv) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

O cultivo de cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias ou de terceiros e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a raiz (“soqueira”) continua no solo. Após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente em média por mais quatro safras.

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta de produção).

As plantas de produção e as terras próprias em que as lavouras estão plantadas são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos.

O valor justo do produto agrícola colhido é determinado pelas quantidades colhidas, valorizadas pelo valor acumulado do CONSECANA - SP, acumulado do mês e ajustado na liquidação da safra.

A movimentação dos ativos biológicos nos exercícios findos em 31 de março de 2025 e de 2024 está abaixo demonstrada:

Cana-de-açúcar			
Saldo em 31 de março de 2023 (Não auditado)	-		
Acréscimo tratos culturais	-		
(+) Valor justo - parcerias agrícolas	-		
(+) Ajuste a valor justo	-		
	<hr/>		
Saldo em 31 de março de 2024 (Não auditado)	-		
Circulante	-		
Não circulante	-		
Cisão - nota 1.1	4.226		
Acréscimo tratos culturais	9.944		
(-) Amortização tratos	(3.084)		
(+) Valor justo - parcerias agrícolas	3.084		
(-) Ajuste a valor justo	29.498		
	<hr/>		
Saldo em 31 de março de 2025	43.668		
Circulante	43.668		
Não circulante	<hr/>		
		2024	
	<hr/>	(Não auditado)	
(-) Amortização valor justo	-	-	
(+) Valor justo - parcerias agrícolas	3.084	-	
(+) Ajuste a valor justo	29.498	-	
	<hr/>	<hr/>	
	32.582	-	
	<hr/>	<hr/>	

A estimativa do valor justo poderia aumentar (diminuir) se:

- O preço estimado do ATR fosse maior (menor);
- A produtividade (toneladas por hectare e quantidade de ATR) prevista fosse maior (menor); e
- A taxa de desconto fosse menor (maior).

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão exposta às variações decorrentes das mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais.

Historicamente, as condições climáticas podem causar volatilidade no setor agrícola, gerando aumento ou redução nas produções e qualidade dos produtos.

Lavoura de cana-de-açúcar

Para a cana-de-açúcar, as principais premissas adotadas pela Empresa na elaboração do cálculo do valor justo:

	31/03/2025	31/03/2024 (Não auditado)
Área estimada de colheita (hectares)	8.475	-
Produtividade prevista (toneladas de cana/ hectares)	94,89	-
Quantidade total de açúcar total recuperável - ATR (kg)	135,12	-
Preço ATR – R\$/kg	<u>1,2000</u>	<u>-</u>

- (i) O volume de produção de cana-de-açúcar a ser cortada (produtividade), medida em toneladas, e o nível de concentração de açúcar - ATR foram estimados considerando a produtividade média projetada do canavial por idade de corte;
- (ii) Os preços de venda são determinados com base no preço médio do quilo do ATR - Açúcar Total Recuperável, publicado pelo Conselho dos Produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do Estado de São Paulo - CONSECANA na data da demonstração financeira;
- (iii) A produtividade é calculada por talhão de plantação, sendo que cada um possui uma especificidade em relação a solo, material genético, clima etc.;
- (iv) A Administração revisou e atualizou para 4,18% a taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa correspondente ao custo médio de capital ponderado do Grupo.

A Empresa está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

Riscos regulatórios e ambientais

A Empresa está sujeita às leis e regulamentos pertinentes as atividades em que opera. A Empresa estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais. A Administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos.

Riscos de oferta e demanda

A Empresa está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. Quando possível, a Empresa gere esses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A Administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada.

Riscos climáticos e outras

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e

outras forças naturais. A Empresa tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar.

Sazonalidade do ciclo de crescimento da cana-de-açúcar

O ativo biológico cana-de-açúcar requer em média intervalo de 12 meses após sua primeira colheita para regeneração, podendo ultrapassar 5 colheitas após plantio. Este ciclo sazonal é influenciado pelas condições climáticas, da eficiência no cultivo e tratos e nos cuidados no processo de colheita. A Empresa gerencia estes fatores, respeitando o período de entressafra, investindo na manutenção e renovação de seus canaviais. As receitas dos produtos derivados da industrialização da cana-de-açúcar são reconhecidas quando ocorrem, na administração de seus estoques produzidos durante a safra, não sofrendo impactos com a sazonalidade do ciclo da cana-de-açúcar.

Análise de sensibilidade

A Empresa avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2025, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar, as demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana-de-açúcar resultaria em um aumento ou redução de R\$ 6.006. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5% resultaria em aumento ou redução de R\$ 4.250.

11 Impostos a recuperar

	<u>2025</u>	<u>2024</u> (Não auditado)
ICMS	7	-
COFINS e PIS	961	-
IRRF	177	-
	<u>1.145</u>	<u>-</u>

12 Direito de uso e passivo de arrendamentos

(i) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial

O saldo de Ativo de direito de uso, é composto por:

Custo	Terras Parcerias	Terras Arrendamentos	Total
Saldo em 31 de março de 2023 (Não auditado)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Adições e/ou remensurações	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2024 (Não auditado)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Adições e/ou remensurações	124.890	828	125.718
Saldo em 31 de março de 2025	<u>124.890</u>	<u>828</u>	<u>125.718</u>

Amortizações

Saldo em 31 de março de 2023 (Não auditado)	-	-	-
Amortização no exercício	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2024 (Não auditado)	-	-	-
Amortização no exercício	(12.906)	(575)	(13.481)
Saldo em 31 de março de 2025	(12.906)	(575)	(13.481)
Saldo líquido em 31 de março de 2024 (Não auditado)	-	-	-
Saldo líquido em 31 de março de 2025	111.984	253	112.237

O saldo de passivo de arrendamento, é composto por:

	Terras Parcerias	Terras Arrendamentos	Total
Saldo em 31 de março de 2023 (Não auditado)	-	-	-
Adições e/ou remensurações	-	-	-
(-) AVP realizado	-	-	-
Amortizações	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2024 (Não auditado)	-	-	-
Adições e/ou remensurações	124.890	828	125.718
(-) AVP realizado	6.029	7	6.036
Amortizações	(15.990)	(711)	(16.701)
Saldo em 31 de março de 2025	114.929	124	115.053
Circulante			19.510
Não circulante			95.543

	2025	2024 (Não auditado)
Saldo passivo de arrendamento - Terras	154.420	-
(-) Ajuste a valor presente - Terras	(39.367)	-
	115.053	-

A taxa média de desconto é de 13,16% a.a.

O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo da provisão com arrendamento mercantil segue abaixo:

A partir de:	2025	2024 (Não auditado)
2026/27	24.514	-
2027/28	24.118	-
2028/29	20.990	-
Após 2029/30	25.921	-
	95.543	-

13 Ativo imobilizado

<u>Custo</u>	<u>Edifícios</u>	<u>Máquinas e Acessórios</u>	<u>Máquinas e implementos</u>	<u>Veículos</u>	<u>Móveis e equipamentos</u>	<u>Informática</u>	<u>Outras</u>	<u>Lavouras</u>	<u>Imobilizações em andamento</u>	<u>Adiantamento a fornecedores</u>	<u>Total</u>
Em 31 de março de 2023 (Não auditado)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de março de 2024 (Não auditado)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições	-	42.987	2.734	10.188	1.297	196	8.929	74.246	113.301	21.855	275.733
Cisão - nota 1.1	-	34.915	36.689	14.657	860	515	6.029	37.569	62.231	-	193.465
Baixas	-	-	(731)	-	-	(22)	-	-	-	-	(753)
Transferência	24.353	2.855	-	854	-	-	74.527	-	(102.589)	-	-
Em 31 de março de 2025	24.353	80.757	38.692	25.699	2.157	689	89.485	111.815	72.943	21.855	468.445
Depreciação											
Em 31 de março de 2023 (Não auditado)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação no exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de março de 2024 (Não auditado)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação no exercício	(98)	(2.685)	(1.807)	(1.365)	(99)	(88)	(498)	(6.261)	-	-	(12.901)
Cisão- nota 1.1	-	(70)	(19.694)	(4.336)	(44)	(71)	(81)	-	-	-	(24.295)
Baixas	-	-	732	-	-	1	-	-	-	-	733
Em 31 de março de 2025	(98)	(2.755)	(20.769)	(5.701)	(143)	(158)	(579)	(6.261)	-	-	(36.464)
Saldo líquido em 31 de março de 2024 (Não auditado)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo líquido em 31 de março de 2025	24.255	78.002	17.923	19.998	2.014	531	88.906	105.554	72.943	21.855	431.981

Em 31 de março de 2025, as imobilizações em andamento referem-se construção de estruturas industriais, incluindo fábrica de açúcar, ampliação da moenda, armazéns entre outras benfeitorias.

A vida útil dos ativos imobilizados da Empresa, objeto de cálculo da depreciação reconhecida no resultado do exercício, encontra-se revisada em consonância com o pronunciamento técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado.

Análise do valor recuperável dos ativos

Durante o exercício encerrado em 31 de março de 2025, a Empresa não identificou indicadores de que seus ativos possam estar registrados por um valor maior que o seu valor recuperável.

Bens dados em garantia

Em 31 de março de 2025, aproximadamente R\$ 8 (R\$ 0 em 31 de março de 2024 – não auditado) de bens do ativo imobilizado encontravam-se gravados em garantia, e são representados em sua grande maioria por máquinas agrícolas e veículos.

14 Fornecedores

	2025	2024 (Não auditado)
Fornecedores – Imobilizado	37.710	-
Fornecedores – Insumos	2.287	-
Fornecedores - Diversos	6.806	-
	<u>46.803</u>	<u>-</u>

A exposição da Empresa para os riscos de moeda e de crédito relacionados a fornecedores está divulgada na nota explicativa nº 18.

15 Empréstimos e financiamentos

a. Composição dos empréstimos e financiamentos

A composição dos empréstimos e financiamentos, todos em moeda nacional, é a seguinte:

<u>Modalidade</u>	<u>Indexador</u>	<u>Taxa de juros ao ano</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u> (Não auditado)
CCB FINEP	TR	5,58%	fev/30	7.520	-
CCBPCA(ii)	PRÉ	8,50%	nov/34	3.000	-
CPR	CDI	0,68%	set/25	50.195	-
CPR (ii)	DÓLAR	5,50%	abr/25	99.472	-
MÚTUO (i)	PRÉ	10,50%	mai/25	33.838	-
NC	IPCA	8,50%	mar/35	201.055	-
Total dos empréstimos e financiamentos				395.080	-

Despesas incorridas na liberação de recursos

NCE	(1.496)	-
	393.584	-
Circulante	184.479	-
Não circulante	209.105	-

- (i) O saldo de mútuo refere-se a um contrato com a parte relacionada Agrotecna Cana com amortização semestral de principal e liquidação de principal e correção em maio de 2025.
- (ii) O contrato de empréstimo conta com instrumento financeiro derivativo (swap) para mitigar o impacto de juros.

b. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	<u>Empréstimos bancários</u>
Dívida líquida em 31 de março de 2023 (Não auditado)	-
Obtenção de empréstimos e financiamentos	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-
Dívida líquida em 31 de março de 2024 (Não auditado)	-
Obtenção de empréstimos e financiamentos	574.943
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(179.215)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(6.657)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	4.513
Dívida líquida em 31 de março de 2025	393.584

c. Termos e cronograma de amortização da dívida

A seguir, estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados, deduzidas as amortizações das despesas incorridas na liberação de recursos:

	<u>2025</u>	<u>2024 Não Auditado)</u>
2026/27	584	-
2027/28	2.611	-
2028/29	2.611	-
2029/30	35.742	-
2030/31	27.957	-
2031/32	23.327	-
2032/33	19.469	-
2033/34	16.254	-
2034/35	80.550	-
	209.105	-

d. “Covenants” financeiros contratuais

Determinados contratos de financiamentos mantidos pelo Empresa possui cláusulas restritivas que obrigam a manutenção de determinado índice financeiro durante o período de vigência do contrato, sob pena de tornar o contrato exigível imediatamente.

O Índice financeiro é mensurado pelos saldos consolidados das empresas do grupo Agroterenas, conforme nota 1. O mesmo refere-se a Dívida Líquida/Ebitda igual ou menor que 3,5x aplicados em operações de mercado de capitais emitidos pela Empresa. Sendo que, o monitoramento desse índice é realizado a cada encerramento de exercício societário pela Administração.

A Empresa estima que irá cumprir os *covenants* até a liquidação das dívidas e os saldos de curto e longo prazo são divulgados conforme os vencimentos contratuais.

16 Provisão para contingências

A Empresa é parte em processos trabalhistas, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza trabalhista. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração identificou que não houve necessidade de reconhecer provisões para as contingências.

Perdas possíveis

Em 31 de março de 2025 existem processos judiciais trabalhistas contra a Empresa cuja probabilidade de perda é considerada possível. As ações avaliadas pelos assessores jurídicos como de risco possível totalizaram R\$ 96 em 31 de março de 2025 (R\$ - em 31 de março de 2024 – Não auditado), sendo R\$ 96 relativo a reclamações trabalhistas (R\$ - em 31 de março de 2024 – Não auditado).

Podem existir obrigações eventuais gerais, relativas às questões tributárias do exercício, uma vez que não é possível conseguir aceitação final e definitiva desses itens no Brasil.

Adicionalmente, as leis fiscais em geral são, sob certos aspectos, vagas e suscetíveis de sofrerem modificações imprevistas em sua interpretação. Também podem existir obrigações de naturezas trabalhista ou cível que, no presente momento, não são conhecidas pela Administração da Empresa. Entretanto, com base na opinião de seus consultores legais, a Administração da Empresa é de opinião que todos os tributos e demais obrigações assumidas têm sido pagas ou provisionadas adequadamente e, em 31 de março de 2025, não eram conhecidas ações formalizadas contra a Empresa que implicassem a constituição de provisão para cobrir eventuais perdas.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social totalmente integralizado é representado por 221.600.840 (Em 2024 era 999 – alteração realizada após cisão parcial da Agroterenas Cana S/A conforme nota explicativa nº 1.1) quotas nominativas, sem valor nominal.

b. Adiantamento para futuro aumento de capital

Durante o exercício corrente foi realizado adiantamento para futuro aumento de capital no total de R\$ 3.227, pela controladora Agroterenas S/A Administração e Participações. Serão emitidas cotas aumentando capital social da empresa. O valor será integralizado no período de 2025.

18 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nota	2025	2024 (Não auditado)
Ativo			
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	8	160.118	-
Contas a receber de clientes		664	-
Outros valores e direitos		75	-
		<u>160.857</u>	<u>-</u>
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	18 e.	513	-
		<u>161.370</u>	<u>-</u>
Passivo			
Outros passivos			
Fornecedores	14	46.803	-
Partes relacionadas	24	563	-
Empréstimos e financiamentos	15	393.584	-
Passivos de arrendamentos	12	115.053	-
Outros valores e obrigações		22	-
		<u>556.025</u>	<u>-</u>
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	18 e.	2.132	-
		<u>558.157</u>	<u>-</u>

Valor justo dos passivos bancários

O valor justo dos empréstimos e financiamentos se equipara ao valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa embasada em taxas de mercado para operações similares firmadas ou cotadas em data próxima do encerramento do exercício.

b. Mensuração do valor justo

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de justo:

Os valores contábeis do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores possuem o valor contábil que se aproximam do valor justo.

Instrumentos financeiros derivativos são mensurados a valor justo utilizando técnica de avaliação de fluxo de caixa descontado que considera certas premissas, tais como, taxa de câmbio futura e preço futuro das operações de ATR (Açúcar Total Recuperável), descontado a valor presente pelas taxas de mercado divulgadas por fontes externas (BM&FBovespa), pelo prazo a decorrer.

Em nenhum ano a Empresa efetuou transferências entre níveis de classificação dos instrumentos financeiros.

c. Gerenciamento de risco financeiro

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa para cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento de capital da Empresa.

d. Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho Consultivo é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Empresa e os gestores de cada área se reportam regularmente ao Conselho sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites.

As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa. A Empresa, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetivam desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e suas obrigações.

Risco de crédito

O risco de crédito da Empresa é de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, caso ocorra falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentados abaixo.

Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

		2025	2024
			(Não auditado)
Caixa e equivalentes de caixa, nota n. 8	Bancos diversos	36	-
Aplicações financeiras, nota n. 8	Bancos diversos	160.082	-
Instrumentos financeiros derivativos, nota n. 18 e.	Bancos diversos	513	-
Contas a receber de clientes	Diversos	664	-
Outros valores e direitos	Diversos	75	-
		<u>161.370</u>	<u>-</u>
Circulante		160.857	-
Não Circulante		513	-

Perdas por redução no valor recuperável

A composição por vencimento dos recebíveis de clientes registrados no ativo circulante, na data das demonstrações financeiras para os quais não foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável.

A Empresa reconhece uma provisão para perda de créditos esperadas quando transcorridos 180 dias do vencimento ou se houver certeza razoável de que o crédito não poderá ser recebido.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos ou com outro ativo financeiro. Este risco está 100% gerenciado pela Empresa, que assume uma abordagem na administração de liquidez, garantindo que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Empresa.

A previsão do fluxo de caixa da Empresa monitora continuamente a liquidez. Essa previsão considera os planos de financiamento de dívida da Empresa e o cumprimento de suas metas.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

		2025	2024
			(Não auditado)
Fornecedores, nota n. 14		46.803	-
Fornecedores – partes relacionadas, nota n. 24		563	-
Empréstimos e financiamentos, nota n. 15		393.584	-
Passivos de arrendamentos, nota n. 12		115.053	-
Instrumentos financeiros derivativos, nota n. 18 e.		2.132	-
Outros valores e obrigações		22	-
		<u>558.157</u>	<u>-</u>
Circulante		247.705	-
Não circulante		310.452	-

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação.

	Valor contábil	Valor contratual	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Após cinco anos
Em 31 de março de 2025						
Fornecedores	46.803	46.803	46.803	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	393.584	619.538	219.662	30.299	127.566	242.011
Passivos de arrendamento	115.053	115.053	19.510	24.514	24.118	46.911
Instrumentos financeiros derivativos	2.132	2.132	2.132	-	-	-
Outros valores e obrigações	22	22	22	-	-	-
Em 31 de março de 2024 (Não auditado)						
Fornecedores	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-
Passivos de arrendamento	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-
Outros valores e obrigações	-	-	-	-	-	-

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Empresa, possam ser liquidados significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de Mercado

Risco de mercado é o risco proveniente de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, oscilação de moedas e *commodities*, estes têm no resultado da Empresa ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Empresa era:

	2025	2024
		(Não auditado)
Ativos financeiros		
Bancos conta movimento, nota n. 8	36	-
Aplicações financeiras, nota n. 8	160.082	-
Instrumentos financeiros derivativos, nota n. 18 e.	513	-
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos, nota n. 15	393.584	-
Instrumentos financeiros derivativos, nota n. 18 e.	2.132	-

A taxa esperada para o CDI é de 14,15% a.a. e IPCA é de 5,48% a.a. e USD (Fontes: Banco Central, CETIP e BNDES).

Risco cambial

Para as operações da Empresa que estão expostas ao risco de variação cambial oriundo de ativos e passivos indexados em moeda estrangeira, notadamente o euro.

A política de gestão de risco cambial estabelece limites para a exposição ao risco cambial e, de acordo com essa política, A Empresa deve contratar instrumentos financeiros que protejam a posição em euro das suas operações.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros consiste na possibilidade de a Empresa incorrer em perdas devido às flutuações nas taxas de juros. Visando a mitigação deste tipo de risco, a Empresa busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas, pós-fixados e contratação de instrumentos financeiros que mitiguem o impacto de juros.

Na data das demonstrações financeiras o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Empresa era:

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

As operações estão atreladas a variação da taxa de juros pós-fixada CDI - Certificado de Depósito Interbancário. Para efeito de análise de sensibilidade, A Empresa adotou a taxa vigente no último dia da apuração das demonstrações financeiras para o Cenário I. Para o Cenário II aplicou-se o incremento e a deterioração em 25% e para o Cenário III em 50%, somente na parcela variável (CDI) das taxas contratadas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+ 50%)
CDI	14,15%	17,69%	21,23%
Juros a incorrer - Empréstimos e Mútuo	(195)	(243)	(292)
Receita de aplicações financeiras	917	1.147	1.376
Juros a incorrer CDI líquido	722	904	1.084
IPCA	5,48%	6,85%	8,22%
Juros a incorrer - Empréstimos	(1.056)	(1.320)	(1.583)
Juros a incorrer IPCA líquido	(1.056)	(1.320)	(1.583)
USD	5.7422	7.1778	8.6133
Juros a incorrer - Empréstimos	(469)	(586)	(703)
Juros a incorrer USD líquido	(469)	(586)	(703)
TR	1,10%	1,38%	1,65%
Juros a incorrer - Empréstimos	(20)	(25)	(30)
Juros a incorrer TR líquido	(20)	(25)	(30)
Impacto no patrimônio líquido	(822)	(1.027)	(1.232)

e. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de março de 2025, a Empresa possui (R\$ 1.619) (R\$ - em 31 de março de 2024 – Não auditado) de instrumentos financeiros derivativos relacionados à contratos de Swaps de juros, que estão reconhecidos pelo valor justo no ativo em R\$ 513 (R\$ - em 31 de março de 2024 – Não auditado) e no passivo (R\$ 2.132) (R\$ - em 31 de março de 2024 – Não auditado).

Descrição	2025	2024 (Não auditado)
<i>Mercado a Swaps</i>		
Ponta Passiva	(2.132)	-
Ponta Ativa	513	-
Valor justo	(1.619)	-
Total	(1.619)	-
Ativo circulante	-	-
Ativo não circulante	513	-
Passivo circulante	(2.132)	-
Passivo não circulante	-	-

19 Gestão de capital

O objetivo da Empresa ao administrar seu capital é garantir o crescimento contínuo do negócio balizado em uma estrutura adequada de capital, tendo como política o acompanhamento dos índices de alavancagem financeira, do Grupo Agroterenas em nível consolidado.

Estes índices correspondem à Dívida líquida pelo EBITDA, a dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. Também avaliamos o índice da Dívida Bruta pelo Patrimônio Líquido e pelo Ativo Total. Todas essas informações estão demonstradas no balanço patrimonial.

20 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

a. Ativos diferidos correntes:

Abaixo estão demonstrados os saldos de ativos fiscais correntes antecipados na data base:

	2025	2024 (Não auditado)
IRPJ – Imposto de renda da pessoa Jurídica – a recuperar	104	-
CSLL – Contribuição sobre o lucro líquido – a recuperar	2	-
	106	-

b. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativos (Passivos)		Resultado	
	2025	2024 (Não auditado)	2025	2024 (Não auditado)
Prejuízo fiscal (IR) e base negativa (CS)	31.604	-	31.604	-
Instrumentos financeiros	550	-	550	-
Provisão de receita	(208)	-	(208)	-
Ativo biológico	(10.030)	-	(10.030)	-
Ajuste da reavaliação da vida útil	(1.456)	-	(1.456)	-
Depreciação incentivada a realizar (i)	(26.678)	-	(26.678)	-
Provisão arrendamentos	951	-	951	-
	(5.267)	-	(5.267)	-

- (i) Oriundos do benefício da depreciação acelerada incentivada para empresas agroindustriais. São realizados, substancialmente, em função da depreciação e baixa dos ativos imobilizados.

Reconciliação da taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social

	2025	2024 (Não auditado)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	15.476	-
Alíquota nominal	34%	34%
	(5.261)	-
Reconciliação para a taxa efetiva:		
Outras	(6)	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado – correntes e diferidos	(5.267)	-
Alíquota efetiva	34%	34%

21 Receita líquida

Veja política contábil na nota explicativa nº 6 (c).

A Empresa gera receita principalmente pela venda de etanol, cana-de-açúcar e outros.

	2025	2024 (Não auditado)
Mercado interno:		
Etanol	41.466	-
Cana-de-açúcar	624	-
Outros	441	-
Impostos sobre vendas:		
(-) Tributos sobre venda	(2.848)	-
Total da receita operacional líquida	<u>39.683</u>	<u>-</u>

A Empresa forneceu etanol para a Raízen S/A, que em 31 de março de 2025 foi responsável por 99% da receita bruta gerada pela Empresa, mantendo elevado grau de dependência deste cliente.

22 Custos e despesas por natureza

A Empresa apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é como segue:

	2025	2024 (Não auditado)
Remuneração do pessoal	(12.083)	-
Matéria prima	(10.922)	-
Serviços e manutenções	(9.924)	-
Depreciação e amortização	(3.273)	-
Serviços sociais e benefícios	(2.113)	-
Participação de funcionários	(800)	-
Impostos e taxas	(610)	-
Outros	(106)	-
	<u>(39.831)</u>	<u>-</u>
Classificados como:		
Custo dos produtos vendidos	(31.966)	-
Despesas gerais e administrativas	(7.111)	-
Despesas com vendas	(753)	-
	<u>(39.831)</u>	<u>-</u>

23 Resultado financeiro líquido

	2025	2024 (Não Auditado)
Receitas financeiras:		
Juros sobre aplicações financeiras	2.163	-
Outros	19	-
	<u>2.182</u>	<u>-</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(4.509)	-
Resultados com instrumentos financeiros derivativos, líquido	(7.476)	-
Realização do AVP – passivos de arrendamentos, líquido	(6.036)	-
Juros diversos	(8)	-
Outros	(1.413)	-
	<u>(19.442)</u>	<u>-</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(17.260)</u>	<u>-</u>

24 Partes relacionadas

As partes relacionadas da Empresa são compostas pelo acionista José Eugênio de Rezende Barbosa Sobrinho, a controladora Agroterenas S/A Administrações e Participações, empresas do Grupo, Agroterenas Terras Ltda. (“Terras”), Agroterenas Citrus Ltda. (“Citrus”), Agroterenas Industrial Citrus Ltda. (“Industrial Citrus”), Agroterenas Cana S/A (“Cana”), Agroterenas International E.C. (“International”) e Agroterenas International L.L.C. (“International”).

(i) Transações com partes relacionadas

	Total		
	Cana	Citrus	2025 2024 (Não auditado)
Ativo			
Circulante			
Contas a receber (i)	-	1	1
Total ativo circulante	-	1	1
Passivo			
Circulante			
Fornecedores (i)	537	1	538
Empréstimos e financiamentos (ii)	33.838	-	33.838
Total passivo circulante	34.375	1	34.376
Transações no Resultado			
Despesas financeiras - juros de mútuos	(3.361)	(1.489)	(4.850)

- (i) Os saldos de contas a receber e contas a pagar entre as partes relacionadas referem-se a gastos de serviços compartilhados entre as empresas do Grupo. Os saldos com partes relacionadas não têm prazo de vencimento definido, as quais são realizadas conforme condições negociadas entre as partes. No caso do saldo de fornecedores, a Empresa possui o compromisso de que o valor não será exigido nos próximos 12 meses.
- (ii) O saldo de empréstimos e financiamentos refere-se à transação com a pessoa física do acionista, da Empresa. Detalhes da transação, vide nota explicativa nº 15.

25 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Empresa, saldos em poder de banco e aplicações financeiras de curto prazo.

b. Imobilizado

		2025	2024 (Não auditado)
Total de aquisições de imobilizado	13	275.734	-
Transferência amortização direito de uso para planta portadora – Arrendamento	25.b	20	-
Fornecedores – aquisição de imobilizado	14	37.710	-
Outros valores e direitos - Cisão	1.1	32.404	-
Efeito caixa		205.600	-

		2025	2024 (Não auditado)
Total de depreciação de imobilizado	13	(12.901)	-
Total de amortização de direito de uso	12	(13.481)	-
Transferência amortização direito de uso para planta portadora - Arrendamento	25.a	20	-
Transferência amortização direito de uso para tratos do ativo biológico - Parcerias	25.c	12.906	-
Efeito caixa		13.456	-

c. Passivo de arrendamentos

		2025	2024 (Não auditado)
Total de amortizações	12	(16.701)	-
Transferência amortização direito de uso para tratos do ativo biológico - Parcerias	25.b	12.906	-
Transferência do canavial entregue para tratos culturais para ativo biológico – Parceria	10	3.084	-
Efeito caixa		711	-

26 Eventos subsequentes

- (i) A administração declara a existência de uma captação de empréstimos, na modalidade de NOTA DE CRÉDITO RURAL, com vencimento no mês de maio de 2027, totalizando R\$ 35 milhões de reais pelo banco Itaú S/A.
- (ii) A administração declara a existência de uma captação de empréstimos, na modalidade de CÉDULA DO PRODUTOR RURAL, com vencimento no mês de abril de 2027, totalizando R\$ 50 milhões de reais pelo banco Bocom BBM S/A.
- (iii) A administração declara a existência de uma captação de empréstimos, na modalidade de CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIA, com vencimento no mês de novembro de 2034, totalizando R\$ 1,9 milhões de reais pelo banco Caixa Econômica Federal S/A.

- (iv) A administração declara a existência de uma captação de empréstimos, na modalidade de CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIA, com vencimento no mês de novembro de 2034, totalizando R\$ 3,4 milhões de reais pelo banco Caixa Econômica Federal S/A.

* * *

Composição da Administração

Claudio Massayuki Takao
Diretor Administrativo Financeiro

Nivaldo Faria de Souza
Gerente controladoria

Eduardo Henrique Rodrigues
Contador CRC 270473/O-3

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas KPMG. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://apiconfirmations.kpmg.com.br/Verificar/B6A1-8E47-9CA5-3D47>.

Por motivo de segurança e sigilo das informações, não é permitido o download do documento pela tela de validação de assinatura.

Código para verificação: B6A1-8E47-9CA5-3D47



Hash do Documento

FC69FC5093C1DFBFDB6328EAC6469256A18F2AABFAEA96CA70E6C1FD84160373

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/06/2025 é(são) :

Daniel Marino de Toledo - 215.991.288-37 em 30/06/2025 15:28

UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital